

**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE  
FACULDADE DE LETRAS E CIENCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**



Carla Marta Montinho Quimice

**COMPLEXIDADE DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E FACTORES DA POBREZA EM  
MOÇAMBIQUE. A PERCEPÇÃO DOS COMERCIANTES INFORMAIS DO MERCADO  
GROSSISTA DE ZIMPETO NA CIDADE DE MAPUTO, 2017**

Maputo, 2017

Carla Marta Montinho Quimice

**COMPLEXIDADE DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E FACTORES DA  
POBREZA EM MOÇAMBIQUE. A PERCEPÇÃO DOS COMERCIANTES  
INFORMAIS DO MERCADO GROSSISTA DE ZIMPETO NA CIDADE DE  
MAPUTO, 2017**

**Monografia apresentada ao curso de licenciatura em sociologia, da Universidade Eduardo Mondlane, como Requisito parcial para a conclusão do curso de especialização em sociologia**

**Supervisor:** Orlando Nipassa, PhD

Maputo, Outubro, 2017.

Carla Marta Montinho Quimice

**COMPLEXIDADE DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E FACTORES DA POBREZA EM MOÇAMBIQUE. A PERCEPÇÃO DOS COMERCIANTES INFORMAIS DO MERCADO GROSSISTA DE ZIMPETO NA CIDADE DE MAPUTO, 2017**

Monografia apresentada ao curso de licenciatura em sociologia, da Universidade Eduardo Mondlane, como Requisito parcial para a conclusão do curso de especialização em sociologia

O Júri.

**TRABALHO APROVADO EM OUTUBRO, 2017**

<b>Supervisor</b>	<b>Presidente</b>	<b>Oponente</b>	<b>Data</b>
<b>PhD, Orlando Nipassa</b>			
			<b>26/10/2017</b>

**Supervisor:** Orlando Nipassa, PhD

## **Declaração de Honra**

Eu, **Carla Marta Montinho Quimice**, declaro por minha honra que o trabalho que se segue é da minha autoria, e nunca foi apresentado para obtenção de qualquer grau académico, ou para outro fim desconhecido. Resulta duma investigação pessoal, foi indicada toda bibliografia utilizada e as fontes de informação, incluindo os métodos que foram seguidos.

---

Carla Marta Montinho Quimice

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho à minha família biológica e espiritual, em especial aos meus pais Montinho Quimice e Berta Alexandre, pelo amor incondicional e por apoiarem-me em toda à minha caminhada académica. Aos meus pais Espirituais Apóstolo Wilson Magaia e Profetiza Beatriz Magaia, que têm me apoiado através de orações no sentido de poder ter sucesso em todas as áreas da minha vida, especificamente no meu sucesso académico.

## **Agradecimentos**

Agradeço a Deus pelo seu amor e pela garantia de vida diária que me tem proporcionado, e pela esperança. Ao Dr. Orlando Nipassa, pela orientação, partilha de conhecimentos, disponibilidade e comentários pertinentes no âmbito da supervisão. Ao Dr. Baltazar Muianga que me apoiou, encorajando-me a avançar de forma resoluta.

Aos meus entrevistados, os quais permitiram a obtenção de dados empíricos. À minha companheira e encosto de carteira, Dalila Tembe, que juntas enfrentamos a carreira académica. À minha família, e ao meu esposo, pela sua atenção e insistência na necessidade de estudar com vista a tornar-se uma pessoa melhor. Ao meu primo Mussagy o qual me inspirou para a escolha do curso e sempre que tirava uma nota baixa dava sempre um “puxão” de orelha.

A todos docentes, colegas, entre outros que directa ou indirectamente contribuíram para a minha formação, vai o meu agradecimento.

## Resumo

A monografia tem como objetivo principal compreender, destacando as limitações do índice de desenvolvimento humano, os factores políticos, económicos e socioculturais que influenciam para a pobreza na sociedade, tendo em conta a percepção dos Comerciantes do Mercado Grossista de Zimpeto na Cidade de Maputo, 2017. Para o efeito, após a revisão bibliográfica realizamos a colecta de dados no local de estudo, com recurso à entrevista semi-estruturada que permitiu, através de uma amostra de 9 informantes-chaves, seleccionados intencionalmente, colher dados empíricos. Assim, os dados da pesquisa permitiram verificar que a pobreza entre os moçambicanos deve-se à articulação de múltiplos factores, em destaque para factores políticos, económicos e culturais. A pobreza é uma realidade que é também vivida pelos pesquisados. Particularmente, os comerciantes informais destacaram a corrupção e a pouca transparência na gestão do bem público, como uma das causas principais da pobreza entre os moçambicanos. Verificamos que, no quadro do desenvolvimento das pessoas e do país em geral, os factores políticos, exercem um impacto negativo nas circunstâncias económicas, nas relações sociais e na aquisição de bens materiais. A economia ou os recursos financeiros não são aplicados para que possam contribuir para tirar as pessoas das condições de privação. Como consequência verifica-se o aumento dos índices de pobreza, falta de liberdade, aumento do desemprego e o não alargamento do acesso à educação, saúde, água potável, saneamento do meio, entre outros. Portanto, é neste contexto em que a pobreza prevalece entre os cidadãos moçambicanos, comprometendo os índices de desenvolvimento humano no país.

Palavra chave: **pobreza, factores políticos, factores económicos, factores culturais, desenvolvimento humano.**

## **Abstract**

The main objective of this work is to have a comprehension of political, economic and sociocultural factors, whilst highlighting the limitation of index of human development and taking into account the perception of informal sellers from Zimpto's whole sell market in Maputo City, 2017. The research was targeted as a qualitative, a descriptive and explorative, based on applying the method of bibliographic data gathering as a base for the field. And afterward accomplished through a semi structured interview held under a sample of 9 key elements – informal sellers intentionally selected from study place. The results from the field showed that the interaction of political factors and economical factors and sociocultural factors are the course for poverty among Mozambican peoples. All researched informal sellers stated to be facing poverty in their day-to-day life. Among the three groups of factors, the informal sellers set apart political ones as the main course on which citizens live in poverty status. There was found out that political factors have a negative strong impact on economic circumstances, social relations and on goods acquiring, over the majority. Since economy or financial resources led under corruption cannot be invested in order to meet cultural, education and economical needs of citizens and the country itself. That is in this way that poverty is a reality among Mozambican citizens, becoming so difficult to enjoy the so called Human Development Index in Mozambique.

Key words: **poverty, political factors, economical factors, sociocultural factors, human development**



## Índice Geral

<b>1. Introdução</b> .....	11
1.1. Contextualização.....	11
1.2. Justificação.....	12
1.3. Objectivos .....	14
1.3.1. Geral.....	14
1.3.2. Específicos .....	14
1.4. Formulação do Problema .....	14
1.5. Hipótese e Variáveis implicados na hipótese.....	15
1.6. Variáveis implicados na hipótese de trabalho.....	15
<b>CAPÍTULO I: REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	17
1.1. Debate crítico sobre o desenvolvimento humano e as limitações do índice de desenvolvimento humano do PNUD .....	17
1.1.1. Origem da abordagem do desenvolvimento humano.....	17
1.1.2. Surgimento e limitações do índice de desenvolvimento humano .....	18
1.1.3. Desafios em torno do desenvolvimento humano .....	20
1.2. Identificação de factores que condicionam a pobreza entre os moçambicanos .....	23
1.2.1. Factores políticos .....	23
1.2.2. Factores económicos.....	24

1.2.3. Factores socioculturais.....	25
-------------------------------------	----

**CAPÍTULO II: ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL ..... 27**

2.1. Quadro teórico .....	27
---------------------------	----

2.1.1. Teoria do Desenvolvimento Humano. ....	27
---	----

2.1.2. A teoria de Henri Bartoli.....	29
---------------------------------------	----

2.2. Quadro conceptual .....	30
------------------------------	----

2.2.1. Pobreza.....	30
---------------------	----

2.2.2. Desenvolvimento .....	31
------------------------------	----

2.2.3. Desenvolvimento humano .....	32
-------------------------------------	----

2.2.4. Cultura.....	33
---------------------	----

**CAPÍTULO III: METODOLOGIA ..... 35**

3.1. Tipo de estudo.....	35
--------------------------	----

3.2. Local do estudo .....	36
----------------------------	----

3.3. Amostra e tipo de amostragem .....	36
---	----

3.3.1. Critérios de inclusão .....	36
------------------------------------	----

3.4. Métodos e técnicas de recolha de dados .....	37
---	----

3.5. Constrangimentos .....	38
-----------------------------	----

3.6. Tratamento, análise e interpretação dos dados do campo.....	38
--	----

**CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS ..... 40**

4.1. Dados demográficos e socioeconómicos dos comerciantes informais pesquisados..	40
--	----

4.1.1. Caracterização demográfica.....	40
--	----

4.1.2. Caracterização socioeconómica .....	41
--	----

4.2. Análise, no quadro do desenvolvimento humano, de factores políticos económicos e socioculturais que condicionam a pobreza entre os moçambicanos. ....	43
--	----

4.2.1. Desenvolvimento humano, a situação do país, vida das famílias. ....	43
--	----

4.2.2. Factores políticos .....	46
---------------------------------	----

4.2.3. Factores económicos.....	47
---------------------------------	----

4.2.4. Factores socioculturais.....	48
<b>CAPÍTULO V: CONCLUSÕES.....</b>	<b>50</b>
5.1. Conclusões.....	50
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>52</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>57</b>
Anexo 1.....	57
Anexo 2.....	59

## 1. Introdução

### 1.1. Contextualização

Desde a formação dos primeiros Estados Feudais até após à Revolução Industrial, no século XIX, a temática do desenvolvimento era encarada de forma reduta, pois considerava-se somente a variável económica, tendo o Produto Interno Bruto como o seu único indicador de medida. Facto que, nesse sentido, subestimava outras dimensões essenciais como educação, saúde, meio ambiente. Entretanto, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, houve, no seio do órgão, crescente interesse pelas questões referentes ao desenvolvimento.

Assim, no quadro referente ao desenvolvimento, marcou-se uma nova era focalizada na abordagem do desenvolvimento humano devido ao facto de se reconhecer plenamente que o objectivo do desenvolvimento é melhorar as vidas humanas que ultrapassa aspecto económico, o que significa expandir as possibilidades de ser e fazer das pessoas, tais como ser saudável e bem nutrido, ter conhecimentos e participar da vida da comunidade (Kieling, 2014). Neste sentido, o desenvolvimento significa remover os obstáculos, tais como analfabetismo, falta de saúde, impossibilidade de acesso aos recursos, ou ausência de liberdades civis e políticas, para que as pessoas possam viver a vida que valorizam (Ambrósio, 2003).

Ainda pela necessidade de instrumentalizar e capacitar as pessoas e seus governantes com vista a avaliar o progresso e a realidade social, e de definir prioridades para políticas de intervenção e realizar comparações entre diferentes regiões, deu origem ao Índice de Desenvolvimento Humano - IDH (Kieling, 2014). Sendo, então, um indicador que permite a identificação de desigualdades entre diferentes grupos da população dentro de um mesmo país, devido ao facto de poder tratar o desenvolvimento humano de forma holística, pois integra aspectos económicos, socioculturais e políticos.

A criação do IDH contribuiu para o fim da visão tradicional que perdurava até a década de 1980, a qual considerava o PIB *per capita* como único parâmetro de desenvolvimento (Esteves, 2007; Kieling, 2014). O mesmo constituiu um ícone no movimento dos indicadores, pois, a partir dele, diversos indicadores sintéticos foram criados. Os autores

referem que, além disso, o surgimento do IDH influenciou a temática do desenvolvimento em todo o mundo, deslocando a discussão, tanto sobre criação de indicadores, como sobre conceito de desenvolvimento, de uma esfera estritamente económica para um âmbito mais político e social.

Neste contexto, a ONU, no superior interesse de bem-estar das pessoas, tem levado acções conjuntas de índole político-social que, com os países que aderiram ao compósito e parâmetro IDH, visam à remoção de assimetrias ou factores que concorrem para a prevalente pobreza entre os cidadãos, em particular dos países em desenvolvimento de que Moçambique faz parte. Ainda com o dever de, através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), reportar anualmente a situação de desenvolvimento humano de cada país. Nos relatórios do PNUD, Moçambique tem regularmente se posicionado entre os dez países mais pobres do mundo, o que indica que a maioria dos moçambicanos vive em situação de pobreza extrema.

Assim, a presente monografia debate sobre a temática do desenvolvimento humano, criticando as limitações do IDH, com enfoque aos factores que condicionam a pobreza, considerando a percepção dos Comerciantes Grossistas do Mercado de Zimpeto na Cidade de Maputo.

## **1.2. Justificação**

Este debate foi levado a cabo tendo como princípio fundamental a dignidade da pessoa que é posta em causa pela situação de pobreza a que os cidadãos moçambicanos estão expostos, como foi referido na nossa problematização. A mesma situação contrapõe-se com o desenvolvimento humano almejado do ponto de vista político, económico e sociocultural, facto que nos motivou a analisar os factores que condicionam a pobreza.

A outra fundamentação tem a ver com o facto de que a ONU junto com os países membros, como é o caso de Moçambique, vem, há muitos anos, envidando esforços no sentido de erradicar a pobreza, assimetrias, com vista a se alcançar o desenvolvimento para todos. A título de exemplo, quanto ao esforço, é a temática do desenvolvimento humano que foi criado pelo Programa das Nações Unidas na década de 90, tendo sido

imperativo o estabelecimento do Índice de Desenvolvimento Humano para a sua mensuração, e poder-se avaliar o nível de desenvolvimento de cada país.

Apesar disso, muitos países, por exemplo, Moçambique continuam ainda pobres. No nosso entender, o IDH, para além de mensurar o nível de desenvolvimento, permite identificar factores que contribuem para o fracasso do desenvolvimento.

Prosseguindo, destacamos que a situação prevalecente da pobreza que se vive em Moçambique tem-se reflectido na falta de emprego, desenvolvimento do comércio informal, baixa qualidade de ensino, baixa renda familiar, baixos salários, baixo nível sociocultural. Situação que é registada pela maioria dos cidadãos, como exemplo dos que vivem nas periferias da Cidade de Maputo.

Constitui também motivo da nossa, pesquisa colher e analisar tais factores no interesse do bem-estar humano. Na expectativa de que o conhecimento da forma como se articulam os factores de desigualdade ou pobreza entre os moçambicanos, permite conhecer quais deles se mostram mais relevantes em contextos sociais específicos. Que com o tempo, servirão de base para acções que visem à melhoria das condições de vida da população.

Foi, neste contexto que decidimos levar a cabo esta pesquisa no sentido de compreender os factores que condicionam a prevalecente pobreza entre os moçambicanos, a partir de um debate crítico. Foi necessário colher algumas sensibilidades ou percepções de alguns comerciantes informais, considerados informantes chaves, do mercado grossista de Zimpeto na Cidade de Maputo, exercício que permitiu análise crítica dos nossos resultados, mediante a articulação entre a teoria e a empiria.

Da pesquisa, para além dos factores, do ponto de vista político, económico e cultural que dificultam o alcance do desenvolvimento humano, entendemos também que a pobreza não pode dissociar-se da vida social e que, na maioria das situações, uma das faces mais visíveis do fenómeno tem a ver com a falta de inserção no mercado de trabalho. Depreendemos que é do emprego ou posse de recursos financeiros que o Homem tem valor acrescido na sociedade, pois o indivíduo, sem emprego, ou uma fiável e sustentável fonte de renda financeira, fica destituído de renda, facto que provoca privação de posse de outros recursos necessários ao seu bem-estar. Além de que se perde a auto-estima,

afectando as redes de relações sociais existentes, e, em muitos casos, uma diminuição da participação dos indivíduos na vida colectiva das comunidades, pelo facto de que há um sentimento de inutilidade perante à sociedade (Fernandes, 2012).

### **1.3. Objectivos**

#### **1.3.1. Geral**

- Compreender, destacando as limitações do índice de desenvolvimento humano, os factores políticos, económicos e socioculturais, que influenciam para a pobreza na sociedade, tendo em conta a percepção dos Comerciantes do Mercado Grossista de Zimpeto na Cidade de Maputo, 2017.

#### **1.3.2. Específicos**

- Levar a cabo um debate crítico sobre o desenvolvimento humano e as limitações do índice de desenvolvimento humano do PNUD;
- Identificar os factores que condicionam a pobreza entre os moçambicanos como limitantes do processo de desenvolvimento humano;
- Analisar os factores socioculturais, económicos e políticos que condicionam a pobreza entre os moçambicanos, considerando a percepção dos pesquisados.

### **1.4. Formulação do Problema**

Do ponto de vista científico, problema constitui objecto ou questão de discussão que pode-se deparar em qualquer área de conhecimento, devendo ser estudado para a sua melhor compreensão no sentido de poder-se delinear medidas de solução (Gil, 1999). Para (Vale 2009, apud Martins 2013), o problema de pesquisa veicula a determinação de informações necessárias e a forma como estas podem ser obtidas de forma eficaz à luz dos objectivos traçados.

Nesta perspectiva, nota-se que, actualmente, em Moçambique, a situação de pobreza é uma realidade que se vive entre o grosso dos cidadãos moçambicanos com os seguintes

indicadores: a fome que afecta várias famílias e comunidades; a habitação defeituosa que mantém os indivíduos vulneráveis; as doenças e incapacidades, impedindo-os de solucionar as suas necessidades de subsistência; o crescimento exponencial da população moçambicana; a fraca qualidade de ensino e o analfabetismo que limitam as oportunidades de acesso à informação, consciência cívica e participação pública com consentimento informado; assimetrias na implantação de infra-estruturas e baixo nível de industrialização (Nipassa, 2016; Cândido, 2010).

No mesmo sentido, menciona-se no relatório do Índice de Desenvolvimento Humano de 2015 que, desde os anos 1990, Moçambique posiciona-se entre os dez países mais pobres do mundo, tendo, em 2014, ocupado a posição 180 entre os 187 países avaliados. Além de que, em 2010, o Instituto Nacional de Estatística indicou que cerca de 54,7% da população era pobre.

Ainda dos autores acima citados, verificamos que a situação prevalecente da pobreza apresenta um espectro político, económico e sociocultural, em que o desenvolvimento humano deveria ter lugar para a satisfação das necessidades básicas dos cidadãos. Estas necessidades não satisfeitas entre o grosso dos cidadãos moçambicanos, como afirmaram todos os nossos entrevistados.

Assim, o problema de pesquisa radicou em compreender os factores que originam a situação actual de pobreza entre os moçambicanos acima referida. A partir do problema, foi levantada a seguinte questão de partida:

- **Quais são os factores ao nível económico, cultural e ao nível político que dificultam o alcance do desenvolvimento humano em Moçambique?**

### **1.5. Hipótese e Variáveis implicados na hipótese**

Neste estudo temos como **hipótese** de trabalho é a seguinte: os factores políticos, económicos e socioculturais concorrem para a situação de pobreza que compromete o desenvolvimento humano em Moçambique.

### **1.6. Variáveis implicados na hipótese de trabalho**



Do ponto de vista científico, torna imprescindível definir as variáveis a serem pesquisadas, nomeadamente dependente e independente. A *variável dependente* ou *variável de critério* é aquela que o investigador tem interesse em compreender e explicar ou prever (Polit & Hungler, 1995).

Neste sentido, **a variável dependente** é a pobreza expressa pelo Índice do Desenvolvimento Humano.

Conforme (Polit & Hungler 1995), a variável independente é aquela que influencia a variável dependente que é sujeita de ser manipulada, viabilizando o seu relacionamento na formulação de questões de investigação, constituindo a causa pela qual se pretende conhecer os efeitos. Assim, para este estudo as **variáveis independentes** seriam os factores políticos, económicos e socioculturais.

## **CAPÍTULO I: REVISÃO DE LITERATURA**

Neste capítulo, abordamos a origem da temática do desenvolvimento humano, a sua complexidade quanto aos desafios, relevância e limitação do IDH, e factores que condicionam a pobreza entre cidadãos, em particular os moçambicanos, à luz do índice de desenvolvimento humano do PNUD.

### **1.1. Debate crítico sobre o desenvolvimento humano e as limitações do índice de desenvolvimento humano do PNUD**

#### **1.1.1. Origem da abordagem do desenvolvimento humano**

Antes e após a II Guerra Mundial, o mundo praticou o desenvolvimento que colocava o progresso económico como o principal objectivo dos modelos de desenvolvimento (Ambrósio, 2003). Porém, as desigualdades sociais, as assimetrias mundiais e as carências ambientais, fizeram emergir a necessidade de construir novos modelos de desenvolvimento mais justos, quer para as pessoas, quer para o ambiente (Ibid.).

Com a tomada de consciência sobre as assimetrias económicas do mundo por parte das Nações Unidas nos anos 60, decidiu-se, na década de 90, promover uma série de cimeiras e encontros sobre as enormes transformações de que as sociedades estão a ser alvo (RDH, 1990). Essas cimeiras e encontros tinham como propósito debater questões fundamentais para o bem-estar da humanidade, tais como: a situação das mulheres, os direitos humanos, o desenvolvimento social, o ambiente, os direitos da criança. Esse quadro de visão resultou em abordagem de modelo de desenvolvimento mais amplo - desenvolvimento humano. A temática do desenvolvimento humano foi criada pelo Programa das Nações Unidas na década de 90, tendo levado à elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano para a sua mensuração, isto é, avaliação do nível de desenvolvimento (Ibid.).

Assim, verificamos que foi nesse contexto que abriu-se uma página na história da humanidade, em que as entidades responsáveis pelo respeito ao bem-estar humano entendem que o processo de desenvolvimento humano é complexo sua abordagem não se limita somente à posse de bens corpóreos, mas também de bens incorpóreos.

### **1.1.2. Surgimento e limitações do índice de desenvolvimento humano**

O índice de desenvolvimento humano surge, como consequência do PIB utilizado para medir o desenvolvimento que não reflectia a verdade, no interesse de poder-se mensurar o desenvolvimento humano que se pretende alcançar para o bem-estar das pessoas de cada país membro das Nações Unidas. No reconhecimento de que deve-se acompanhar o desenvolvimento das pessoas para as pessoas e pelas pessoas (Esteves, 2007; Kieling, 2014). Para tal, o IDH deveria considerar três variáveis que tem a ver com alguns aspectos da vida das pessoas: longevidade, educação, e renda.

Porém, considerando o significado do desenvolvimento humano, a partir das variáveis, observou-se que o IDH não enquadra todas as dimensões ou variáveis da abordagem em sua totalidade, o que indica a sua limitação (Kieling, 2014). Ora, vejamos que, no âmbito social, a determinação do IDH visa apenas medir o nível de alfabetização de adultos e número de pessoas com acesso aos três níveis educacionais, medindo-se a condição de vida económica pelo poder de compra em dólar, dados que somente referem aos valores estatísticos quantitativos, ignorando, assim, a variável qualitativa (RDH, 1990).

Neste sentido, Bartoli (1999) critica a limitação do IDH, apontando que no âmbito da educação, o desenvolvimento humano não pode se limitar em mensurar o acima mencionado. Deveria ser abrangente, considerando o papel que a educação desempenha nas práticas sociais, nas relações internacionais de reintegração numa cultura de renovação da mesma. O autor ressalta que a educação deve também avaliar como a cultura em tempos de globalização e mudanças é mantida. Por outro lado, através da educação deveria avaliar se as pessoas chegam a compreender o seu ambiente económico, social e político, e a serem autónomas nas acções ou nas decisões a tomar para um bem-estar.

Ainda no que se refere à limitação do IDH, no quadro económico, mede-se as oportunidades de emprego, o número de pessoas empregadas e a boa distribuição de riquezas em termos numéricos ou quantitativos, ou a rentabilidade de capital. Face à esta questão meramente numérica, consta-se que é limitado, pois um país pode ter um número elevado de empregados mas sem condições de trabalho estabelecido. Perigando, por um lado, a sua integridade física e psicológica e, por outro, colocando em causa o seu

desenvolvimento. Assim quando se fala de emprego como estratégia de desenvolvimento, deve se avaliar as normas que são estabelecidas para o empregado, verificando até que ponto esses direitos são observados, (Bartoli 1999). O autor salienta ainda que o IDH, nas matérias económicas, deveria também permitir a determinação das condições de trabalho, de remuneração, articulando com as suas condições de vida.

Na componente política, verifica-se que o IDH não procura determinar a dimensão política. Conforme a visão de Sen (s/d), ao se falar da liberdade política, significa que há a necessidade de se dar autonomia aos indivíduos, no interesse de se poder alcançar o desenvolvimento. Quando não engloba, não é possível medir o nível de autonomia que cada nação tem, tornando, assim, difícil de fazer-se uma avaliação precisa.

Para além do exposto, o IDH depara-se com outra limitação que se prende com a generalização na classificação de cada país, facto que não permite reflectir os reais níveis de desigualdade da população, pois os indicadores estabelecidos têm a ver com os países desenvolvidos. Sendo, no âmbito da classificação, levado a cabo comparações que ignoram as realidades locais, como por exemplo, os valores, as crenças que possuem o trabalho doméstico e infantil, a nutrição, o género, grupos étnicos, mortalidade,(infantil e de idosos), economia informal, frequência escolar, electricidade, combustível (RDH, 2015).

A partir do acima mencionado, constatamos que o IDH é ainda um parâmetro que não pode reflectir o significado real do desenvolvimento humano de países em desenvolvimento. Com isso, torna difícil para o PNUD avaliar cabalmente o nível de desenvolvimento de cada país, e para os próprios países. Podendo, ser, às vezes, difícil controlar todos os factores que concorrem para a prevalência da pobreza entre o grosso dos cidadãos de um determinado país.

Verificamos também que a imprecisão do IDH reflecte como o desenvolvimento humano em si é muito complexo, mostrando que é preciso seriedade e ética de responsabilidade pública por parte dos governantes e dos cidadãos quanto à sua missão ou dever para alcançar resultados que possam responder positivamente o desenvolvimento humano. Por outro lado, indica que o PNUD deve continuar a desenvolver o IDH no sentido de

observar todas as dimensões que permitem avaliar o desenvolvimento humano de forma íntegra e precisa.

### **1.1.3. Desafios em torno do desenvolvimento humano**

Naturalmente, com a criação do IDH, aderiram a esta temática a maioria dos países e governos apelando à construção de estruturas que lutem para a erradicação da pobreza em prol da dignidade humana (Ambrósio, 2003). O objectivo é criar estruturas que permitam o desenvolvimento das capacidades humanas, para o desenvolvimento socioeconómico, em sistemas sociais, com um justo e livre acesso às oportunidades com vista a equilibrar o crescimento económico das sociedades e partilhar equitativamente os seus ganhos e gastos. (Barros & Camargo, 1994).

Nesta perspectiva, o desenvolvimento humano dependerá de condições de sustentabilidade do processo de desenvolvimento, ou então, dependerá da participação e responsabilidade cívicas de cada indivíduo. Esta compreensão focaliza-se no conceito de desenvolvimento humano no sentido do progresso de todos os homens e das suas capacidades, (Ambrósio, 2003).

Entretanto, no ano 2000, os chefes de Estado reunidos na Cimeira do Milénio em Nova Iorque estabeleceram compromissos para criar um mundo mais justo e equilibrado. Tendo sido neste contexto que a comunidade internacional compromete-se a expandir a visão de desenvolvimento, de forma a promover o desenvolvimento humano como a chave para um progresso social e económico sustentado em todos os países (PNUD, 2003). Neste relatório os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, mais tarde conhecido como a “Declaração do Milénio”, foram aceites como a ferramenta de referência para medir o progresso do desenvolvimento humano e económico. Os Estados-Membros das Nações Unidas comprometeram-se a cumprir até 2015 os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, assistindo assim ao surgimento de uma parceria global para o desenvolvimento (Ibid.). Referindo-se que, os valores orientadores da Declaração do Milénio incluem a liberdade, a igualdade, a solidariedade, a tolerância, o respeito pela natureza, à responsabilidade partilhada” (PNUD, 2003,p.8).

Além de que aponta-se que

O Desenvolvimento Humano tem a ver com pessoas, com a expansão das suas opções para viverem vidas plenas e criativas com liberdade e dignidade. Crescimento económico, maior comércio e investimento, progresso tecnológico – tudo é muito importante. Mas são meios, e não fins. Fundamental para a expansão das opções humanas é construir capacidades humanas. As capacidades mais básicas para o Desenvolvimento Humano são viver uma vida longa e saudável, ser educado, ter um padrão decente de vida e gozar de liberdades cívicas e políticas para participar na vida da sua comunidade” ( PNUD, 2003,p.13).

Mas o que podemos constatar através dos relatórios de Desenvolvimento Humano do PNUD, como também do que temos vivido actualmente no nosso país, é que a dignidade humana é, cada vez, diminuta nas mais variadas partes do globo ou território. O processo de desenvolvimento das sociedades, segundo o relatório de Desenvolvimento Humano, deve ter como directriz a formação de sistemas democráticos que permitam a participação de todas as pessoas, de modo a que se sintam parte integrante e que contribuam para a sociedade em que vivem.

No entanto, no nosso ponto de vista, no nosso país, a realidade mostra que a democracia é suprimida pelo excessivo peso do político-partidário e corrupção em detrimento dos interesses de toda a sociedade. Os cidadãos vivem a democracia na altura de eleições autárquicas e legislativas – presidenciais, após esse momento, o cidadão não é participante em outros processos democráticos, como por exemplo, o que deve ser produzido, como e para que fins. As vozes da sociedade civil têm sido pouco escutadas, desconsiderando-se, assim, uma das formas de se fazer sentir a democracia, a liberdade, em que poderia-se permitir que as pessoas participassem na tomada de decisão sobre matérias que é do seu interesse.

Ainda a situação do nosso país contrapõe-se aos Relatórios de Desenvolvimento Humano do PNUD que ressaltam que o propósito final do crescimento económico poderá ser o desenvolvimento humano, significando haver mais liberdade e oportunidades para os cidadãos realizarem os seus projectos pessoais e comuns. Salientamos que a não observância plena da democracia no nosso contexto, abre espaço para a exclusão social que, naturalmente, afecta a componente económica, suprimindo a liberdade individual.

Ora, a liberdade individual é o alicerce e a plataforma mais eficaz para a sustentabilidade da vida económica e para o combate à pobreza e à insegurança, (Sem,s/d), apud Esteves, 2007). Na visão de que a liberdade é sinal de maturidade ou desenvolvimento psico-cognitivo, pois a condição de liberdade quando sustentada exprime-se como motor essencial do desenvolvimento numa perspectiva abrangente (Ibid.).

No mesmo sentido, Nipassa ressalta que,

As liberdades estão muito ligadas aos direitos substantivos que permitem o indivíduo tornar-se agente em sua vida. Ser mais livre, fazer por mais liberdade e ter mais condições de usufruto de bens e serviços é fundamental para melhorar o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas, aspectos que se afiguram centrais no processo de desenvolvimento humano como liberdade. Deste modo, a maior preocupação consiste em fazer com que o indivíduo adquira a condição de Sujeito na perspectiva touraineana, isto é, a capacidade de agir e ocasionar transformações sociais, onde a cultura e a educação são fundamentais (Nipassa, 2016, p.208).

Esteves (2007), complementa que o desenvolvimento deve dar enfoque à promoção da vida que a humanidade constrói e às liberdades de que usufruí. Sendo importante, alargar as liberdades que, com razão, valoriza-se, tornando as vidas mais ricas e desimpedidas, permitindo, então, às pessoas serem socialmente mais completas, dando expressão à sua vontade e interagindo com – e influenciando – o mundo em que elas vive).

Do exposto, entendemos a liberdade como elemento importante do desenvolvimento humano que catapulta o desenvolvimento económico para o mesmo sentido. Com o desenvolvimento económico, por exemplo, do país, abre-se uma oportunidade, dependendo dos governantes, para investir-se mais na educação das pessoas para a faculdade mental que poderá permitir mais liberdade para desenhar projectos económicos para o seu bem-estar, como também partilhar valores comuns ao nível sociocultural que é um dos pilares que impulsiona o desenvolvimento económico. Partimos do princípio de que quando a sociedade não é excludente, propicia-se o vínculo de partilha de conhecimentos que as pessoas carecem para melhor puder singrar na vida.

Constatamos ainda que o desenvolvimento económico não deverá estar dissociado do desenvolvimento humano, isto pelo facto de que, conforme (Griffin & Mckinley 1994),

apud Ambrósio, 2003), uma abordagem baseada no desenvolvimento humano carrega consigo diversas vantagens: i) contribui directamente para o bem-estar das pessoas; ii) pauta-se pelo princípio de igualdade de oportunidades; iii) propicia a distribuição mais igual dos benefícios do desenvolvimento; iv) permite explorar os vários tipos de investimento nas pessoas, e, complementa-se o capital físico com o capital humano.

## **1.2. Identificação de factores que condicionam a pobreza entre os moçambicanos**

Os factores a seguir mencionados compreendem, na sua existência social e espacial, uma situação de pobreza, uma realidade social complexa com que Moçambique se depara, em que múltiplos processos tomam parte de forma assimétrica, dificultando, naturalmente, o alcance pleno do desenvolvimento humano entre os moçambicanos. Isto pelo facto de que esses factores articulam-se entre si, criando, então, obstáculos aos mais desfavorecidos, e criando mais assimetrias e exclusão social entre os cidadãos.

Mas, há que chamar a atenção de que os mesmos factores não se limitam ao nosso país, podendo serem denominador comum para os países em via de desenvolvimento, é verdade que o seu nível de incidência pode variar de país para país. Referir ainda que os tais factores indicam a limitação do processo em si de desenvolvimento humano.

### **1.2.1. Factores políticos**

O leque de factores políticos pelos quais a pobreza prevalece: falta de uma forte cultura inclusiva; deficitária ou inexistente crença e apoio à educação; fraca abordagem participativa nas decisões sobre a vida da comunidade; fraca presença das instituições tradicionais que são parte integrante da vida comunitária; procedimentos deficitários de governação, gestão e administração da informação; instituições (fraca organização e planeamento regional institucional, lentidão, inflexibilidade e fraca inteligência organizacional); sistema de justiça não transparente e não célere; instabilidade política; guerras; corrupção; desemprego; excessivo político-partidário; excessiva dívida externa, (Amaral & Beurle 2009; 2010, apud Santos, 2013).



A partir do leque de factores acima expostos, ressaltamos o excessivo político-partidário como um factor que condiciona outros factores que contribuem para que a educação seja fraca, a democracia seja uma expressão nos papéis, e para que a corrupção seja desenfreada, constituindo à liberdade, ao desenvolvimento humano, situação que contribui para a pobreza entre a maioria dos cidadãos.

### **1.2.2. Factores económicos**

Na perspectiva económica, segundo (Barros & Camargo 1994), os factores que influenciam para a contínua pobreza dos cidadãos, compreendem: falta ou fraco apoio às empresas locais; prática de comércio informal; excessiva dívida externa, dependência externa, ou falta de auto-suficiência; investimento no futuro – sem efeitos duradouros; instabilidade macroeconómica; baixo salário; fraca procura criativa de novas oportunidades económicas; fraca disponibilidade de capital humano qualificado; fraco sistema de infra-estrutura comunicacional; débil acesso aos serviços e protecção ao meio ambiente; saneamento; segurança; fraco conhecimento científico; fraca investigação e inovação; agricultura tradicional de fraca produtividade e virada para o auto consumo, sendo insuficiente para as necessidades de uma população crescente; maior número de famílias monoparentais; problemas de fome; desemprego; debilidade das infra-estruturas económicas (rede viária, aeroportos, rede ferroviária); exploração de matéria prima (recursos florestais, energéticos e minérios) levada a cabo por empresas estrangeiras e multinacionais.

Entretanto, apontamos que o problema do desemprego surge como um dos factores da elevada pobreza dos cidadãos moçambicanos. Conforme os relatórios do PNUD, Moçambique é um dos países com uma pobreza extensa figurando entre os piores no mundo e em África. De entre outros factores, aponta-se a exclusão social. Porém, nem todos os grupos e pessoas pobres encontram-se excluídos, alguns vivem em situação de desemprego, e em situação de ruptura com o tecido social, facto que reduz a auto-estima e o espírito de inovação.

Ressaltamos ainda que a maioria que se encontra empregada não deixa de ser pobre, com baixos rendimentos e destituídos de outras formas de poder, como participação cívica e

social. Este facto os torna vulneráveis em virtude das exigências do mercado globalizante ficam no limite entre a inclusão, e a exclusão. O grosso da população exerce actividade comercial informal naturalmente de baixa renda colocando-os numa situação de risco. Não deixamos de referir que a debilidade das infra-estruturas económicas e instabilidade macroeconómica fazem parte de variáveis que condicionam o investimento estrangeiro. Além de que escasseiam oportunidades de emprego.

### **1.2.3. Factores socioculturais**

O leque de factores socioculturais pelos quais a pobreza persiste, incluem a capacidade de criar produtos alternativos e enquanto sistema de valores, crenças, atitudes em face de determinadas realidades como trabalho, lazer, competitividade, associativismo, (Lopes , apud Santos, 2013); a religião, o franco ensino e a cultura, em sentido amplo: crença, valores e atitudes vigentes numa sociedade, em especial a aptidão pela liberdade individual, a curiosidade e a criatividade, como também de uma vontade individual de alcançar a riqueza através do trabalho, raciocínio este baseado na descrição weberiana da ética do trabalho, (Amaral & apud Santos, 2013); explosão demográfica, isto é, elevada natalidade que é típico dos países em desenvolvimento, gerando, assim, problemas, pelo facto de infra-estruturas não acompanharem o crescimento populacional; instituições (fraca organização e planeamento regional institucional, lentidão, inflexibilidade e fraca inteligência organizacional); superstição; maior número de famílias monoparentais (Ibid.).

Assim, a partir dos autores, notamos que a exploração de matéria prima, no nosso país, encontra-se associada às trocas comerciais desfavoráveis, pois esses países, como por exemplo, a China no mercado da madeira, exportam matéria prima a custos baixos e importam produtos industriais semi-elaborados ou no estado bruto, reduzindo a possibilidade de emprego para os nativos.

Importa igualmente referirmos a questão de elevada natalidade associada às famílias monoparentais numa altura em que o país regista fraca oferta de emprego, situação que preocupa. Isto pelo facto de entendermos que o aspecto monoparental tem o sentido de que existem famílias lideradas por chefe do sexo feminino, famílias monoparentais, ao que se somam ainda suas maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho,

deparando-se, assim, com maior baixa de renda *per capita*, o que contribui para suas tendências à pobreza, ao dependerem da agricultura de subsistência ou do comércio informal.

Em geral, quanto aos factores que condicionam a pobreza, (Barros & Camargo 1994) afirmam que, dentre os vários factores explicativos da pobreza, muitos estudos empíricos apontam: a influência do mercado de trabalho, através de algumas de suas características como discriminação e segmentação; a influência do comércio externo actuando indirectamente sobre o mercado de trabalho, concernente à remuneração da mão-de-obra qualificada em relação à mão-de-obra não-qualificada; o efeito da educação, no que refere à sua distribuição desigual a diferentes níveis de renda e divisão espacial (Mazrui & Wondji, 2010); a existência de imperfeições no mercado de factores e sua remuneração, particularmente o mercado de crédito para conceder financiamento às empresas e pessoas singulares, contribuindo para a falta de motivação.

## **CAPÍTULO II: ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL**

### **2.1. Quadro teórico**

Nesta fase do nosso trabalho, apresentamos e discutimos a teoria escolhida para a interpretação dos dados. Adoptámos como perspectiva a Teoria do Desenvolvimento Humano, apresentada por Sen (s/d), e por sua vez triangulada com a perspectiva de Henri Bartoli, na sua obra intitulada “Repensar o Desenvolvimento acabar com a pobreza”. Nestas teorias, recorreremos aos conceitos de pobreza e do Desenvolvimento Humano, pois consideramos essenciais para a compreensão de factores socioculturais, económicos e políticos que influenciam a pobreza na sociedade moçambicana.

#### **2.1.1. Teoria do Desenvolvimento Humano.**

Sen, na sua obra intitulada “*Desenvolvimento como Liberdade*”, analisa o papel do desenvolvimento, em contraposição á corrente economicista, que associa o desenvolvimento somente através de factores como o crescimento do produto interno bruto, rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico, modernização social, entre outros (Sen, s/d, p. 28).

O autor enfatiza que estes factores não devem ser usados para avaliar o desenvolvimento. Não que estes não contribuam directamente para a expansão das liberdades, mas, o desenvolvimento deve ser analisado a partir da melhoria de vida das pessoas, e no fortalecimento das liberdades que usufruem, pois expandir as liberdades torna a vida, mas rica, e desimpedida, e permite sermos seres sociais, mas completos.

Para o autor existem dois tipos de liberdade, a liberdade constitutiva e a liberdade instrumental. A liberdade constitutiva refere-se às liberdades substantivas, que são as capacidades elementares, como ter condições de evitar privações, ter participação política e liberdade de expressão. A liberdade instrumental diz respeito à liberdade que as pessoas têm de viver do modo como bem desejarem.

A liberdade substantiva exerce um papel fundamental porque dela depende o êxito de uma sociedade, e favorece a oportunidade da pessoa ter resultados valiosos, também é um determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social. Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas de cuidar de si mesmo, e de influenciar o mundo, questões que são indispensáveis para o processo desenvolvimento.

A expansão das liberdades tais como: o acesso a serviços de educação, saúde e direitos civis não contribui apenas para o desenvolvimento, mas é fundamental para o fortalecimento das próprias liberdades constitutivas, de forma inversa, a limitação de uma liberdade específica contribuirá para a privação de outras.

“Embora as capacidades possam ser aumentadas pelas políticas públicas, também, a direcção da política pública pode sofrer influência pelo uso efectivo das capacidades do povo, devido à democracia na qual as liberdades instrumentais se consolidam. A democracia permite que as pessoas sejam ouvidas quando expressam suas reivindicações, colaborando com outras, como a segurança protectora, resguarda os vulneráveis de caírem na miséria extrema através de seguridade social e outras medidas que possibilitem garantias mínimas de sobrevivência” (Sen, S/D, p.30).

Sen considera que a privação de capacidades individuais pode estar relacionada ao nível da renda, mas, no entanto o baixo nível da renda pode ser consequência do analfabetismo, más condições de saúde, fome e subnutrição. Melhorar as condições de saúde, o acesso à educação pode levar a auferir rendas elevadas. Assim o autor delega para o indivíduo o direito à autonomia, uma vez que lhe garante as capacidades de ir buscar a vida a qual deseja, e combater a pobreza.

Porém, referimos que a visão do autor torna-se limitada na explanação do desenvolvimento humano, porque apenas enfatiza que a eliminação das privações (o acesso a serviços de educação, saúde e direitos civis), pode ditar o desenvolvimento e combater a pobreza. Deixa de lado a função destes serviços, porque se podem observar países que podem ter acesso a estes serviços, mas continuarem a serem considerados pobres.

### **2.1.2. A teoria de Henri Bartoli**

(Bartoli 1999), por sua vez aprofunda a perspectiva ignorada por Amartya Sen. Apresenta quatro eixos da estratégia do desenvolvimento. No primeiro eixo, que é a educação afirma que não basta ter acesso a educação, mas sim devemos avaliar o papel que esta educação, desempenha nas práticas sociais, nas relações internacionais de integração e numa cultura.

A educação deve ser capaz de manter a cultura, em tempos da globalização e mudanças, ajudar a lidar com essas dinâmicas, avaliando até que ponto ajuda a ter autonomia nas acções ou nas decisões a tomar, para um bem-estar, compreendendo o nosso ambiente económico, social e político.

O desenvolvimento depende de vários elementos, tais como, valores éticos e morais, atitudes movidas pelo espírito inovativo, crenças, valores culturais movidos pelo espírito de respeito, partilha correção, sinceridade, e valores cognitivos que condicionam a liberdade (Giddens, 2009). Assim a educação deve assegurar conhecimentos, aptidão para aprender, ensinar, criar valores e crenças que devem orientar o indivíduo em ambientes de mudanças.

O segundo eixo apresentado, é o eixo do direito, e instituições. O autor enfatiza que não basta um país ter leis ou normas estabelecidas nas instituições, para que possa se avaliar o desenvolvimento, deve-se avaliar até que ponto esses direitos são observado pelas instituições. O tempo de trabalho, o resultado de trabalho a sua remuneração, entre outros.

Este eixo liga-se ao terceiro eixo do emprego. Embora possam surgir varias oportunidades de emprego e uma boa distribuição de riqueza, não se pode olhar apenas para estas oportunidades, mas deve se avaliar as normas que são estabelecidas para o empregado.

O quarto eixo que o autor discute, na questão da promoção do desenvolvimento é a partilha. A partilha entre os países não pode criar uma questão de dependência económica, conforme se observa na pratica. Segundo o autor, os Estados Unidos orienta

nos países do terceiro mundo, ajuda no sector privado do que no sector público. Este facto acaba gerando uma situação de dependência, porque os países do terceiro mundo acabam sendo incapazes de cobrir a receita. Neste sentido o autor enfatiza que, como estratégia de desenvolvimento, a partilha deve ser feita com um fim último de contribuir para o bem-estar humano, e não para a dependência.

Estas teorias tornaram-se útil para o nosso trabalho, na medida em que nos ajudaram a compreender as limitações do IDH, os factores políticos económicos e socioculturais que influenciam a pobreza. Uma vez que a teoria de Amartya Sen enfatiza que o individuo têm o direito à autonomia, que lhe garante a capacidade de ir buscar a vida a qual deseja através do acesso a serviços de educação, saúde e direitos civis. Por sua vez, estes serviços não são um fim em si mesmo para o alcance do desenvolvimento segundo Bartoli deve-se observar a qualidade de cada serviço que é adquirido para o alcance de um bem-estar humano.

## **2.2. Quadro conceptual**

### **2.2.1. Pobreza**

O termo pobreza é muito complexo pelo facto de nem todos os indivíduos terem as mesmas necessidades. Assim, não existe uma linha de pobreza única. A pobreza pode ser vista sob duas perspectivas, nomeadamente absoluta e relativa. Isso remete-nos para duas abordagens que passam pela identificação de quem são os pobres e a agregação das características dos pobres numa única medida de pobreza, (Sen, apud Domingos, 2014).

A abordagem absoluta é aplicada em países menos desenvolvidos, onde o grosso da população vive sem condições para uma vida digna, tornando difícil o estabelecimento de uma linha de pobreza relativa, pois não reflectiria efectivamente o nível de pobreza da população (Rodrigues, 2007). Entretanto, a linha de pobreza pode ser definida considerando um cabaz mínimo de bens alimentares e não alimentares considerados essenciais para uma vida digna.

Na abordagem relativa, o conceito pobreza encontra alicerce no padrão médio de vida da sociedade em que o indivíduo se encontra inserido (Sen, apud Domingos, 2014). As

linhas de pobreza, neste âmbito, tomam em consideração a distribuição do rendimento da totalidade da população e normalmente são definidas como uma percentagem do rendimento médio ou mediano da população. Nesta abordagem, a percentagem da linha de pobreza pode ser condicionada pelas alterações do rendimento mediano ou médio, pois as pessoas têm maior probabilidade de aceder ao emprego ou gerar rendas por conta própria dada às oportunidades que as políticas do país propiciam (Domingos, 2014).

Do ponto de vista humano e económico, (Costa 2008) chama a atenção de que a pobreza não pode associar-se somente a dimensões visíveis e objectivas, pelo facto da mesma manifestar-se em dimensões como a liberdade, o desenvolvimento humano e auto-realização, afectando o ser humano como um todo. No entanto, entendemos que a pobreza pode ser vista na dimensão subjectiva na medida em que é possível ser encarada com base em factos de quem a vive, o que é apenas uma das faces da moeda. Sendo, então, crucial e imperativo a sua definição de forma mais abrangente e consistente. Ao olhar sobre a pobreza, o autor destaca diferentes perspectivas (Costa, 2008, p. 22-25):

- A pobreza do ponto de vista material que tem a ver com situações em que se verifica uma insatisfação de necessidades materiais, após definidas as que mais interessa considerar;
- A pobreza como uma situação existencial, compreendendo não apenas necessidades materiais, mas também outras do cunho psicológico, social, cultural, cuja insatisfação produz repercussões em aspectos como a personalidade, a relação com os outros e a sociedade em geral;
- A satisfação de necessidades básicas, não como um objectivo, mas como um meio para a habilitação e a capacidade;
- A pobreza relacionada com a liberdade, enquanto direito humano fundamental;
- A pobreza por referência a três categorias, nomeadamente necessidade material, circunstâncias económicas e relações sociais.

### **2.2.2. Desenvolvimento**

O conceito desenvolvimento é complexo, pois tem a ver com a qualidade significativa e expressa de um bem material ou imaterial na posse de indivíduos singulares, grupos



sociais ou de países. O desenvolvimento deve contemplar a componente económica e humana com o carácter sustentável (Ambrósio, 2003). O desenvolvimento sustentável refere-se à forma de equilibrar as principais dimensões dos modelos de desenvolvimento (sociocultural, educacional, económico e ambiental) no sentido de assegurar a sobrevivência das gerações actuais e futuras (Idem.).

### **2.2.3. Desenvolvimento humano**

O conceito de desenvolvimento humano integra as capacidades facultativas, liberdade, relações entre as pessoas, as suas economias, sendo o aspecto fundamental dos modelos de desenvolvimento das sociedades que se pretende que sejam sustentáveis, (Ambrósio, 2003). Em 1990, o Relatório do PNUD sobre o IDH afirmou que o desenvolvimento humano é um processo de alargamento das escolhas do indivíduo, sublinhando que as mais críticas destas amplas escolhas são viver uma vida longa e saudável, ser educado e ter acesso aos recursos requeridos para um padrão de vida decente. O mesmo relatório aponta para escolhas adicionais que incluem liberdade política, direitos humanos garantidos e respeito pessoal.

Cândido salienta que

O argumento da perspectiva de desenvolvimento humano defende que, o crescimento económico não pode, nem deve ser visto de forma isolada, pois ele só ganha relevância quando contribui para tirar as pessoas das condições de privação que se reflectem na redução dos índices de pobreza, na redução do desemprego e no alargamento do acesso a serviços sociais, como educação e saúde, e a bens e serviços essenciais como água potável, saneamento do meio, etc., devendo satisfazer as suas necessidades básicas pelos seus próprios meios adquiridos na combinação de facetas decorrentes da apropriação da riqueza nacional e de seus resultados” (Cândido, 2010,p.17).

Assim, constatamos que o desenvolvimento humano é um compósito que agrega o desenvolvimento dos cidadãos na esfera económica, sociocultural, do saber construtivo e política. Sublinhamos ainda que o cidadão deve ter capacidade de percepção do seu meio e de como enfrentar os desafios que a vida lhe coloca. Por outro lado, sentindo-se, de forma livre e segura, capaz de tomar decisões racionais para poder usufruir os bens materiais e imateriais.

Para todos os efeitos, conforme a visão dos Habte, Wagaw e Ajayi 1972, (apud Mazrui & Wondji, 2010), é importante que os sistemas de educação não devem somente se limitar à transmissão dos valores e do saber aos indivíduos, às pessoas jovens e adultas. Eles devem transformar os modos de pensamento e as atitudes dos indivíduos, tanto quanto dos grupos, no sentido de contribuírem para a formação de cidadãos plenamente conscientes e de trabalhadores dinâmicos e produtivos, colocando assim a sociedade na via do progresso, da justiça e da liberdade (Idem).

#### **2.2.4. Cultura**

O termo cultura é definido de diversas formas. Na concepção clássica, a cultura compreende o processo de desenvolvimento e enobrecimento das faculdades humanas, sendo facilitado pela assimilação de trabalhos académicos e artísticos, e ligado ao carácter progressista da era moderna, Thompson, 1995.

Para (Blanco & Domingos 2003), a cultura é todo o leque de elementos espirituais, materiais e intelectuais que caracterizam uma sociedade ou um grupo social, e inclui artes e letras, modos de vida, direitos fundamentais do ser humano, sistemas de valores, tradições e crenças. Os seus padrões e valores culturais são compartilhados entre membros dum mesmo grupo social e se transmitem de uma geração a outra. Os autores apontam que ela é dinâmica, pois pode sofrer mudanças ao longo do tempo, e é aberto, o que permite ser influenciada por relações externas e ser apreendida por outros grupos sociais.

Geertz, apud Thompson (1995), considera a cultura numa perspectiva simbólica, como um padrão de significados incorporados nas formas simbólicas que inclui acções, manifestações verbais, e objectos significativos de vários tipos, pelos quais os indivíduos comunicam-se entre si e partilham suas experiências, concepções e crenças, denotando a capacidade interpretativa dos indivíduos de que a cultura em si tem lugar.

Das três definições sobre a cultura, constatamos que as duas últimas convergem e complementam-se ao considerar a cultura como o leque de valores e crenças, com certo padrão, que são partilhados entre um grupo de sociedade no espaço e tempo, sendo a

mesma uma representação simbólica de objectos com significados e interpretações que a sociedade dá, e podendo ser transmissível de geração a geração. A partir dessa visão, considerada abrangente, foi possível a captação de valores e crenças comungadas pelos nossos pesquisados – os Comerciantes Grossistas do mercado de Zimpeto – e o seu respectivo significado e a interpretação, tendo em conta aos factores socioculturais que afectam o desenvolvimento humano.

Importa salientar ainda que o conceito de cultura é de extrema importância e torna-se complementar ao conceito de desenvolvimento humano, na medida em que o nível de acesso aos recursos básicos pode ser influenciado pelas crenças e valores que cada pesquisado, ou cidadão possui.

## **CAPÍTULO III: METODOLOGIA**

Designa-se por metodologia o leque de procedimentos e fundamentos seleccionados e adoptados para o desenvolvimento e a concretização de qualquer pesquisa científica (Kerlinger, 1980). O autor aponta que a metodologia compreende formas de formulação de problemas, hipóteses, objectivos, métodos de observação e recolha de informação, medição de variáveis e técnicas de análise de dados. (Fiorese 2003) complementa que a metodologia compreende os processos pelos quais se torna possível desenvolver buscas direccionadas com vista à alcançar um determinado objectivo, quer seja no domínio da ciência, ou noutros saberes.

### **3.1. Tipo de estudo**

A pesquisa é do tipo qualitativo, exploratório descritivo, cuja estratégia é o estudo de caso (Oliveira, 2010). Ora, o carácter qualitativo deve-se essencialmente ao seu horizonte focalizado em compreender os processos que contribuem para um fenómeno ou acontecimento mais geral (Veloso, 2007), dá-se, aqui, o caso de factores que condicionam a pobreza entre os moçambicanos. Para (Guerra 2006), os métodos qualitativos designam uma variedade de técnicas interpretativas que visam descrever, descodificar, traduzir certos fenómenos sociais.

(Veloso 2007) afirma que a pesquisa qualitativa proporciona melhor visão e compreensão do contexto do problema, é uma pesquisa não-estruturada, não estatística e possui pequeno número de casos não-representativos.

A pesquisa qualitativa não visa mensurar fenómenos, mas sim, poder entendê-los em profundidade (Víctora *et al.*, 2000, citados por Teixeira, 2006). Visa descrever e analisar a cultura e o comportamento, a partir da perspectiva que o próprio investigado tem do fenómeno (Fiorese, 2003). O estudo qualitativo refere-se à pesquisa que produz dados descritivos, fornecidos de forma escrita ou falada pela população amostral e pelo comportamento observado dentro deste grupo pelo pesquisador (Oliveira, 2010). A autora refere ainda que permite, essencialmente, a investigação de comportamentos, sentimentos e opiniões. A população investigada é observada como um todo e não reduzida a

variáveis dentro de um conjunto, onde o foco principal é a vivência que ela tem do fenómeno estudado e as aquisições de conhecimentos diários frente ao foco do problema.

Por fim, o carácter exploratório da pesquisa justifica-se pelo facto de que qualquer investigação científica, ou de outra natureza, interessa-se naturalmente em buscar explorar, aprofundar, alguma informação, no sentido de propiciar a percepção do objecto de pesquisa, permitindo descrever completamente uma determinada situação em estudo, como por exemplo, um estudo de caso, realizando análises empíricas e teóricas, podendo encontrar informações quantitativas e qualitativas para fundamentar a análise de um facto ou fenómeno conducente ao alcance dos objectivos pré-definidos (Lakatos & Marconi, 1991).

### **3.2. Local do estudo**

O estudo foi realizado na Cidade de Maputo, em particular no mercado grossista de Zimpeto no ano de 2017.

Apontamos que a escolha da Cidade de Maputo deveu-se ao facto de apresentar maior concentração de pessoas que outras cidades. Ao passo que a escolha do mercado de Zimpeto tem a ver com o facto de concentrar muitos empreendedores comerciantes informais, o que nos permitiu o fácil acesso a nossos entrevistados.

### **3.3. Amostra e tipo de amostragem**

Como referimos anteriormente quanto ao tipo de pesquisa, qualitativa. A nossa amostra foi de nove (9) informantes chaves (anexo 2), comerciantes informais que operam no mercado grossista de Zimpeto, que foram seleccionadas intencionalmente.

#### **3.3.1. Critérios de inclusão**

No que se refere aos critérios de inclusão, consideramos pertinentes, o ser comerciante informal que opera há mais de 7 anos, ter idade igual ou superior a 18 anos. Com idade, por Lei, a pessoa é considerada adulta e responsável na tomada de decisões próprios,

podendo no caso vertente participar da nossa pesquisa, sem requerer autorização de terceiros para o efeito.

### **3.4. Métodos e técnicas de recolha de dados**

#### **Revisão bibliográfica**

Este método é fundamental para a obtenção de banco de dados pertinentes para a busca de informação no campo, possibilitando que o investigador amplie o grau de conhecimento em uma determinada área, capacitando-se a compreender ou delimitar melhor um problema de pesquisa (Koche, 1997). O autor aponta que o investigador serve-se da revisão bibliográfica para dominar o conhecimento disponível e utilizá-lo como base na construção de um modelo teórico explicativo de um problema, uma ferramenta auxiliar para a construção e fundamentação das hipóteses.

Do ponto de vista científico, segundo (Lakatos & Marconi 2001), uma investigação sistematizada e académica, a partir de uma visão pré-estabelecida por autores ou instituições nos seus trabalhos científicos editados ou ainda por publicar, carece do método de revisão bibliográfica, pelo facto de permitir o alcance de informação fundamental para a recolha de dados no campo. É de referir que a pesquisa bibliográfica consiste no procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, facultando a descoberta ou constatação de novos factos, relações ou leis, relacionados com o tema ou objecto em estudo. Este método tem como técnica a leitura pela qual se efectiva.

#### **Entrevista semi-estruturada**

A relevância do método reside em manter a presença consciente e actuante do pesquisador e, simultaneamente, sondar o entrevistado (Triviños, 2006). Assim, ao responder as perguntas, o entrevistado toma parte na elaboração do conteúdo da pesquisa, seguindo sua linha de pensamento de forma espontânea e relatando experiências vivenciadas dentro do foco escolhido pelo investigador (Idem.).

A entrevista semi-estruturada propicia ao pesquisador melhor aprofundamento do tema em pesquisa, colectando indicações da maneira como cada participante percebe e do

significado à sua realidade, (Duarte, 2004). O autor salienta ainda de que o método permite a compreensão da lógica das relações estabelecidas dentro de grupos sociais em que o entrevistado está inserido, em um determinado tempo e local.

Para a sua materialização, o guião da entrevista semi-estruturada (anexo 1) foi a técnica usada para a recolha de dados entre as unidades amostrais.

### **3.5. Constrangimentos**

Durante o processo de recolha de dados enfrentamos os seguintes constrangimentos:

- Dificuldade de identificar 15 informantes chaves que pretendíamos. Os receios dos comerciantes eram imensos e em duas semanas conseguimos convencer apenas 9 indivíduos, que colaboraram como informantes-chave.
- Três dos entrevistados mostraram resistência em responder os guiões da entrevista semi-estruturada, alegando que queríamos usar os seus dados para fazer dinheiro.
- Falta de tempo para dar a entrevista, havia sempre enchente de clientes facto que implicava interromper a entrevista, em situações sucessivas. Assim, levamos imenso tempo para terminá-las

No entanto, apesar destas dificuldades encaradas, foi possível realizar a pesquisa empirica e colher dados pertinentes.

### **3.6. Tratamento, análise e interpretação dos dados do campo**

(Yin 2005) afirma que analisar as evidências de um estudo de caso é uma actividade particularmente difícil. Contudo, é crucial que o pesquisador leve a cabo um tratamento e análise de cunho interpretativo a dados colectados por meio de possíveis técnicas (Vergara, 2008).

(Laville & Dionne, apud Oliveira, 2010) afirmam que os dados colectados pelo pesquisador não são imediatamente estruturados e viáveis, carecendo de serem preparados para a construção dos saberes. Neste sentido, o pesquisador deve organizá-los,

podendo descrevê-los, transcrevê-los, ordená-los, codificá-los, agrupá-los em categorias ou variáveis relacionados. Feito isto, ele pode, então, proceder às análises e interpretações conducentes às conclusões” (Idem.).

Neste contexto, o tratamento de dados foi feito com base nas variáveis que implicados na nossa pesquisa. Os resultados alcançados foram analisados e interpretados em articulação com o referencial teórico, isto é, de que fez-se o cruzamento e confronto na validação dos resultados. Assim realizada a reflexão sobre os factores que condicionam a pobreza, e o desenvolvimento humano a partir da qual tecemos as nossas conclusões



## CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na apresentação, análise e discussão dos resultados tratamos dos dados fornecidos pelos comerciantes informantes tidos com informantes. Neste processo omitimos os nomes e lhes designamos por letras, (comerciante A, B, C, por diante) e codificamos por (CA, CB, CC por diante). Com tal codificação, pretendemos preservar a sua identificação pessoal, em conformidade com os preceitos éticos.

### 4.1. Dados demográficos e socioeconómicos dos comerciantes informais pesquisados

#### 4.1.1. Caracterização demográfica

Tabela 1. Características demográficas dos pesquisados

Variáveis	n	%
<b>Faixa etária (Anos)</b>		
32 - 37	5	55.6
40 - 59	3	33.3
≥ 60	1	11.1
<b>Género</b>		
Masculino	4	44.4
Feminino	5	55.6
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>100</b>

Na tabela 1 acima apresentada constam os dados demográficos dos comerciantes informais pesquisados que operam no mercado grossista de Zimpeto na Cidade de Maputo. No que se refere à variável faixa etária, de todos os entrevistados, a maioria (n = 5; 55.6 %) tem idade que varia de 32 a 37, sendo 3 (n = 3; 33.3 %) com idade compreendida entre 40 a 59, e um com idade acima de 60 anos.

No que tange à variável género, a amostra foi constituída de 5 indivíduos de sexo feminino e 4 de sexo masculino. A maioria dos entrevistados vive no bairro do Malhangalene B, enquanto que os 3 distribuem-se pelos bairros do Benfica, Machava e Zimpeto.

#### 4.1.2. Caracterização socioeconómica

Tabela 2. **Características socioeconómicas dos pesquisados**

<b>Variável</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>Estado civil</b>		
Solteiro	4	44.5
Casado	3	33.3
Viúvo/a	2	22.2
<b>Escolaridade</b>		
Analfabeto	0	0
Ensino básico	2	22.2
Ensino médio	7	78.8
<b>Situação de emprego</b>		
Empregado		
Estudante	0	
Desempregado	0	
	9	100
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>100</b>

Como pode-se observar os dados socioeconómicos dos pesquisados na tabela 2 acima, todos os pesquisados são desempregados. Assim, a sua sobrevivência deve-se à renda do comércio informal que desenvolvem há mais de 7 anos. Os mesmos afirmaram que, na vida, nunca tiveram emprego formal, senão o auto-emprego. No que diz respeito à variável estado civil, (n = 4; 44.5 %) disseram que são solteiros, enquanto que (n = 3; 33.3%) são casados, tendo os dois (n = 2; 22.2 %) dito que são viúvos. A outra variável é a escolaridade, todos já frequentaram à escola, pois, (n = 2; 22.2 %) têm o ensino básico, (n =7; 78.8%) têm o ensino médio e . A situação de escolaridade foi interessante por ter facilitado a colheita de dados pretendidos.

É de salientar que os comerciantes informais pesquisados lamentam que a actividade comercial praticada seja de baixa renda mensal. Eles afirmaram que

*A actividade não é rentável, porque, muitas vezes, temos tido quebra, os nossos produtos trazemos da vizinha África do Sul, temos que pagar alfandega e aqui no mercado também pagamos taxas fiscais mesmo sem vender nada” (CC, CD, CE, CG, CI). “Por vezes, as pessoas não compram e os preços são altos, às vezes, alguns dos produtos apodrecem sem ser comprados, isso provoca muita quebra, outra coisa é que somos muitos que fazemos essa actividade” (CA, CB, CF, CH).*

Do exposto, verificamos que a vida dos comerciantes informais é de maior esforço e depressivo, pois a renda ao ser descrita como baixa, considerando a actividade comercial informal como a única fonte de renda familiar, dá-se lugar à situação de limitação à resposta às necessidades da vida, exprimindo uma situação de pobreza. Os mesmos ficam sem possibilidade viável de obter alimentação condigna para um bom estado da saúde, obter medicamentos para a cura das enfermidades que, às vezes, têm sofrido cura que poderia lhes permitir ter maior esperança de vida.

Para, além disso, apresentamos as figuras 1 e 2 que ilustram as condições em que os comerciantes informais trabalham. A maioria expõe-se ao relento, suportando os raios solares e a acção do vento, com vista a vender os seus produtos. Isso como resultado da falta de espaço no bazar, o que indica que há muitas pessoas a praticar o comércio informal, ultrapassando a capacidade dos espaços que o Governo do Município dispõe para os cidadãos acomodarem-se durante a venda dos seus produtos. O elevado número de cidadãos no comércio informal resulta da falta de emprego.



**Figura 1.** Vendendo ao relento



**Figura 2.** Comerciantes ao relento

## **4.2. Análise, no quadro do desenvolvimento humano, de factores políticos económicos e socioculturais que condicionam a pobreza entre os moçambicanos.**

Ao tratarmos do quadro de factores que condicionam a pobreza na percepção dos nossos informantes, entendemos ser imprescindível abordar o desenvolvimento humano tendo em conta os factores que fazem com que a pobreza prevaleça entre os cidadãos moçambicanos.

### **4.2.1. Desenvolvimento humano, a situação do país, vida das famílias.**

No que se refere ao desenvolvimento humano, entre os 9 comerciantes entrevistados, somente 7 responderam à pergunta levantada, mostrando ter alguma noção sobre a matéria, conforme os seus relatos:

*Eh..., eu penso que desenvolvimento humano é ter bens que a pessoa precisa para poder viver melhor, ter paz, conseguir dinheiro para fazer ensinar as crianças, atender questões que tem a ver com a saúde da família” (CA, CC, CD, CE, CG). “Epha, acho que é ter casa condigna para viver, ter boas escolas, haver boas estradas para a circulação de pessoas e bens ao nível do território nacional, existência de bom relacionamento entre as pessoas (CB, FC). “As pessoas têm que ser livres, viverem uma verdadeira democracia, o país ser desenvolvido, haver respeito entre as pessoas e o governo também respeitar as pessoas.(CB).*

Analisando as diferentes percepções dos entrevistados em relação ao sentido do desenvolvimento, verificamos que há uma convergência que é um resultado que se aproxima ao sublinhado pelo PNUD, quanto ao conceito de desenvolvimento humano, no seu relatório de 2015. Sustentamos a partir dos indicadores elencados pelos entrevistados, como: a paz; poder de geração de dinheiro para fazer ensinar as crianças e atender outras questões, como por exemplo, a saúde das famílias ou dos cidadãos; ter boas escolas; as pessoas serem livres, e existência de mútuo respeito entre os concidadãos.

Notamos, que os que os entrevistados não encaram somente a posse monetária ou de bem material como únicos indicadores de desenvolvimento humano. Constatamos ainda que o que eles mencionaram possibilita, em certo sentido, alargar as escolhas do indivíduo,

viver uma vida longa e saudável, ser educado e ter acesso aos recursos requeridos para um padrão de vida decente, como afirmam (Amartya Sen, PNUD e Kieling 2014).

No mesmo sentido, ressaltamos ainda que o resultado se alinha com a visão de Amartya Sen, (Ambrósio 2003 e Cândido 2010), pois os entrevistados apresentaram uma resposta abrangente, repetimos que a sua percepção não se limitou à ostentação de bens económicos materiais, tal como o autor reconhece que o desenvolvimento humano compreende o crescimento económico que deve contribuir para tirar as pessoas das condições de privação devido à pobreza, na redução do desemprego e no alargamento do acesso a serviços sociais, como educação e saúde, e a bens e serviços essenciais como água potável, saneamento do meio, etc., devendo satisfazer as suas necessidades básicas pelos seus próprios meios adquiridos na combinação de facetas decorrentes da apropriação da riqueza nacional e de seus resultados.

Ora, referir que, na nossa pesquisa, uma das questões visava saber como os comerciantes informais pesquisados, caracterizavam Moçambique. Das suas diferentes percepções, vimos que todos os entrevistados convergiram, afirmando que o país é pobre, por haver altas taxas de desemprego. Os mesmos salientaram o seguinte:

*Moçambique ainda não é desenvolvido, porque muitas pessoas não têm emprego, depende de comércio informal e os que vivem na zona rural dependem muito de machambas, outros de abate de árvores para produzir carvão ou estacas. Estamos a ver a questão de falta de transporte, hoje usa-se “myloves” carros de caixa aberta para transportar passageiros aqui na cidade grande” (CA, CC, CD, CE, CG, CI). “O país depende muito de ajuda externa, nós temos visto nos telejornais a se falar de dinheiros que Japão, Alemanha, Estados Unidos, Itália e outros países ricos doam para aqui, mas nada melhora bem. Veja que um país desenvolvido, com muitos empresários, pessoas que estudaram na verdade, não recebe ajudas como Moçambique, e nós, nossos produtos, que vendemos trazemos da África do Sul” (CB, CF, CH).*

Para além dos atributos acima referidos em torno da situação de pobreza que caracteriza o país, os entrevistados complementaram ainda que a maioria das famílias, que vive na Cidade de Maputo e do país em geral, tem uma vida deplorável. Como sustentam os seus relatos abaixo:

“Aqui em Maputo a vida das famílias não é boa, muitas dependem de comércio informal que não chega para atender as suas necessidades,

muitas mulheres são empregadas domésticas só para comprar comida só. Os que estão empregados, muitos deles recebem salário miserável” (CC, CE, CI, CG). “A maioria daqui Maputo, pior nas províncias e distrito, vivem miséria, as pessoas são pobres, não sabem o que vão comer amanhã, têm falta de comida e água potável e, muitas vezes, os hospitais não têm medicamentos” (CD, CF). “Hum, eu vejo que as famílias têm uma vida pobre, nós todos aqui no mercado estamos a tentar a vida para não roubar, o nosso dinheiro acaba nos impostos, o governo cobra altas taxas fiscais, os produtos da primeira necessidade são vendidos a altos preços” (CA, CB, CH).

A partir dos resultados acima alcançados quanto à situação da pobreza do país e da situação deplorável de muitas famílias em Moçambique, constatamos que os mesmos nos lembram alguns dos indicadores de pobreza apontados por (Nipassa 2016) e (Cândido 2010), como: a fome que afecta várias famílias e comunidades; as doenças e incapacidades, impedindo-os de solucionar as suas necessidades de subsistência; a fraca qualidade de ensino e o analfabetismo que limitam as oportunidades de acesso à informação, consciência cívica e participação pública com consentimento informado.

Vale, aqui, sublinharmos que, verificamos de que todos os relatos, acima apresentados e analisados, apontam que os pesquisados têm a noção de que o país, isto é, os cidadãos moçambicanos depararam-se com a pobreza. Na percepção de todos os entrevistados, a pobreza foi descrita como a seguir testemunham os seus relatos:

*Eh, para mim, a pobreza é ter falta de emprego, não ter boas escolas, veja que hoje muitos alunos e licenciados não sabem nada, o governo não está a apostar em ensino técnico médio para as pessoas saberem a fazer algo que lhes possa ajudar a gerar auto-emprego, o país tem falta de indústrias e empresas para empregar as pessoas, há muita corrupção no governo” (CA, CC, CD, CG). “Não ter bens materiais básicos, não ter estudado bem mesmo, ter falta de bons amigos na sociedade, também penso que quando as pessoas de um país têm falta de conhecimentos tecnológicos indica pobreza” (CB, CF).*

O resultado, acima exposto, analisando os vários sentimentos de forma integrada, nos levou a entender que os entrevistados não consideram o termo pobreza apenas numa perspectiva da ausência de posse de bens materiais, mas também como resultado da falta de conhecimentos, falta de uma boa relação com as pessoas na sociedade. Isto nos impulsionou a trazer, aqui, a visão de (Costa 2008), ao salientar que a pobreza não pode

associar-se somente a dimensões visíveis e objectivas, pelo facto da mesma manifestar-se em dimensões como a liberdade, o desenvolvimento humano e auto-realização, afectando o ser humano como um todo. Ainda os entrevistados referiram-se à pobreza nas suas três categorias, nomeadamente necessidade material, circunstâncias económicas e relações sociais, conforme Costa elencou ao estudar a natureza da pobreza.

Na mesma perspectiva, destacamos nos dados alcançados que a variável corrupção revela a falta de ética de responsabilidade pública por parte de governantes e governados, facto que agudiza o quadro da pobreza país.

#### **4.2.2. Factores políticos**

A pobreza acima referida é devida à articulação de vários factores como foi apontado na parte de conteúdos teóricos. Nesta linha, atinente aos factores que condicionam a pobreza entre a grande parte dos cidadãos em Moçambique, encontram-se obviamente os políticos. No entanto, a maioria dos comerciantes informais pesquisados não respondeu à questão sobre o leque de factores políticos. Tendo sido respondida somente por três que mencionaram os seguintes factores:

“Corrupção; discriminação partidária; nepotismo; fraca paz; injustiça, eh, o nosso governo não é bem justo, já assistimos colegas que foram arrancados espaço para vender lá no Bairro de Maguanine, alguns nem podem fazer o seu comércio” (CB, CF, CH).

Assim, no âmbito político, consideramos os factores apontados pela minoria dos 9 comerciantes informantes pesquisados serem fortes ou de maior impacto nas circunstâncias económicas, nas relações sociais e na aquisição de bens materiais, no quadro da vida das pessoas e do desenvolvimento do país em geral. Isto pelo facto de a corrupção afectar na repartição de recursos, o atendimento social, profissional constituindo assim motivo para um ambiente de paz instável, acumulação de bens materiais por uma minoria – as pessoas da elite – em detrimento da maioria que vive na miséria e privados de liberdade.

Este quadro revela a exclusão social, pobreza, construção duma sociedade longe de poder alcançar os padrões do desenvolvimento humano referidos por Amartya Sen e o PNUD.

Entretanto, importa, à luz do mesmo resultado, notar que os factores políticos que agravam a pobreza têm uma relação com o sentido da responsabilidade e responsabilização pública.

Destacamos também que o resultado alcançado observa alguns dos factores políticos elencados por (Barros & Camargo 1994), (Amaral & Beurle 2009; 2010, apud Santos, 2013): fraca abordagem participativa nas decisões sobre a vida da comunidade; procedimentos deficitários de governação, gestão e administração da informação; sistema de justiça não transparente e não célere; instabilidade política; guerras; corrupção; desemprego; excessivo político-partidário. Estes são, realmente, do conhecimento dos pesquisados, conforme os seus relatos acima apresentados. O que indica que as pessoas estão atentas ao quadro de desenvolvimento e/ou de pobreza do país.

#### **4.2.3. Factores económicos**

No mesmo sentido, quanto aos factores económicos que influenciam para a contínua pobreza entre os moçambicanos, os entrevistados apontaram o seguinte:

*Desemprego; baixo salário; fome; muitas pessoas praticam comércio informal” (CA, CC, CD, CE, CG, CI). “Destruição dos recursos naturais; os recursos naturais não são bem utilizados para ajudar as pessoas a saírem da pobreza” (CB, CH). A agricultura é tradicional; falta de boas estradas nas cidades e zonas rurais” (CF, CH) “Dependência de doação, mas nós temos recursos; fraca procura de novas oportunidades económicas” (CB).*

Com base nestes resultados depreendemos que as políticas públicas centrais para reversão da situação económica do país. A destruição dos recursos naturais, que os entrevistados lamentam, é prova disso. O desemprego e a fome que afectam a maioria dos cidadãos em Moçambique revelam o mesmo ponto.

No entanto, um bom controlo, uma boa utilização e gestão dos recursos naturais, não só mas também, e não se limitando só a isso, a prática de uma agricultura mecanizada e de forte apoio ao camponês, poderiam servir para a obtenção de valores económicos que incrementaria o PIB, servindo para gerar mais empregos e que fossem sustentáveis para



empregar os cidadãos. Estes podiam assim suprir as suas necessidades básicas, indispensáveis ao conceito do desenvolvimento humano.

Prosseguindo com a análise, referimos que o mesmo resultado verifica alguns factores apontados por (Barros & Camargo 1994), (Amaral 2009) e (Beurle 2010), como por exemplo: excessiva dívida externa, dependência externa, ou falta de auto-suficiência; investimento no futuro – sem efeitos duradouros; instabilidade macroeconómica; baixo salário; débil acesso aos serviços e protecção ao meio ambiente; saneamento; segurança; agricultura tradicional de fraca produtividade e virada para o auto consumo; problemas de fome; desemprego; exploração de matéria prima (recursos florestais, energéticos e minérios) levada a cabo por empresas estrangeiras e multinacionais.

Ora, o cenário acima discutido faz com que as pessoas de diferentes estratos sociais não tenham emprego, dificultando o alcance e observância do desenvolvimento.

#### **4.2.4. Factores socioculturais**

No que se refere aos factores socioculturais que condicionam a pobreza, os entrevistados, com a excepção de dois que não responderam, expuseram o seguinte:

“Falta de espírito de inter-ajuda ao outro; discriminação sociocultural; ter muitas crianças; muitas mulheres com crianças e sem maridos; fraca capacidade para gerar o seu emprego; casamentos prematuros; falta de capacidade ou conhecimentos ” (CB, CF, CH). Religião (algumas pessoas são inculcadas que a fé em Deus é base para desenvolver, não ensinam que é preciso aprender a desenvolver capacidades mentais); inveja e perseguição através de feitiçaria e drogas, mortes devido à HIV/SIDA” (CC, CD, CG, CI).

Observando atentamente os dados alcançados a partir dos pesquisados, vimos que, vão ao encontro de Santos (2013). Este ao avaliar factores que condicionam a pobreza numa sociedade ao nível cultural, observou que factores, como: a religião, o fraco ensino, crença, valores e atitudes vigentes numa sociedade, em especial a aptidão pela liberdade individual; a falta de curiosidade e a criatividade; explosão demográfica; superstição; maior número de famílias monoparentais, que influenciavam para a pobreza nos cidadãos

de uma determinada sociedade ou país. O mesmo resultado nos lembra do (Cândido 2010) e (Nipassa 2016), pois, elencam factores de pobreza, como: as doenças e incapacidades, impedindo-os de solucionar as suas necessidades de subsistência; o crescimento exponencial da população moçambicana; a fraca qualidade de ensino e o analfabetismo que limitam as oportunidades de acesso à informação.

Entretanto, tendo os entrevistados mencionado os factores que influenciam a pobreza entre os cidadãos no país, nos interessou questionar aos mesmos como os aspectos verificados ao nível político, económico e sociocultural poderiam ser controlados ou evitados.

Quatro entrevistados, apresentaram as suas sugestões, destacando que é matéria difícil de ser controlada: “eh, isso é muito difícil, mas o governo tem que dar emprego às pessoas, a corrupção tem que acabar. Deve-se apostar em ensino de qualidade, não pode haver discriminação entre nós, e uso de partido para ter sucesso na vida” afirmaram (CB, CC, CF, CH). “Haver espírito de ajuda ao próximo, apoiar às pessoas na prática de negócio”, acrescentou o entrevistado (CB).

Com base nestes depoimentos, salientamos que o desenvolvimento humano deve ser encarado, na sua complexidade pondo em prática a visão do (Amartya Sen e Ambrósio 2003), focalizar-se no sentido do progresso de todos os homens, no que se refere ao alargamento das suas capacidades para poderem responder às necessidades económicas, socioculturais e políticas que a vida lhes proporciona ao longo do horizonte temporal. Como também a visão do (Amartya Sen e do PNUD 003), centrar-se em pessoas, expandir as suas opções para viverem vidas plenas e criativas com liberdade e dignidade; crescimento económico, maior comércio e investimento, progresso tecnológico, fundamentais como meios, e não fins. Orientações desta natureza podem articular adequadamente os factores políticos, económicos e socioculturais necessários ao complexo conceito de desenvolvimento humano.

## **CAPÍTULO V: CONCLUSÕES**

### **5.1. Conclusão**

Neste quadro, lembramos que o problema da nossa pesquisa radicou em compreender os factores que originam a situação da pobreza entre os moçambicanos. Com isso, delineamos compreender, destacando as limitações do índice de desenvolvimento humano, os factores socioculturais, económicos e políticos que concorrem para a pobreza na sociedade, tendo em conta a percepção dos Comerciantes do Mercado Grossista de Zimpeto na Cidade de Maputo, 2017.

Assim, tanto a teoria e como os resultados alcançados permitiram verificar que a pobreza entre os moçambicanos deve-se à articulação de factores políticos (como por exemplo: a corrupção, o excessivo político-partidário, instabilidade política, sistema judiciário não transparente e célere, exclusão social), económicos (como por exemplo: desemprego, excessiva dívida externa, exploração desenfreada dos recursos naturais), e socioculturais (como por exemplo: a religião, a educação, superstição, inveja,). Isso como consequência da falta de ética de responsabilidade pública entre governantes e governados. Uma realidade compartilhada por todos os nossos entrevistados. Os mesmos disseram que se deparam com uma vida deplorável, que consideramos ser consequência da articulação de múltiplos factores da pobreza, destaque para os acima mencionados. Estes dados permitiram-nos confirmar a hipótese revogada no trabalho.

De entre os três grupos de factores, os entrevistados destacaram os políticos (como a corrupção e falta de transparência) como a causa principal pela qual os cidadãos vivem na pobreza. Constatamos, assim, que os factores políticos afectam negativamente os factores económicos e socioculturais. Sendo, então, de maior impacto nas circunstâncias económicas, nas relações sociais e na aquisição de bens materiais, no quadro da vida das pessoas e do desenvolvimento do país em geral.

Tais factores da pobreza fazem com que a economia ou os recursos financeiros não sejam aplicados no sentido de contribuir para tirar as pessoas das condições de privação.

Situação que se reflecte no aumento dos índices de pobreza, na falta de liberdade, no aumento do desemprego e no não alargamento do acesso aos serviços sociais, como por exemplo educação e saúde, e a bens e serviços essenciais como por exemplo água potável, saneamento do meio.

Ainda no quadro do desenvolvimento humano, vimos que os pesquisados têm alguma noção sobre a matéria que se alinha com a visão do Amartya Sen, reconhecendo que o desenvolvimento das pessoas não é somente ter a posse de bens, mas também a posse de conhecimentos. Apontaram que a falta de boas escolas e boa gestão de bem público são alguns indicadores da falta de desenvolvimento Humano.

Além do exposto, no quadro do desenvolvimento humano na perspectiva do Amartya Sen, verificamos que o IDH estabelecido para mensurar o nível de desenvolvimento das pessoas de cada país considera somente três dimensões atinentes aos aspectos da vida das pessoas: longevidade; educação; e renda. Mostrando-se, assim, ser um parâmetro que não pode ainda reflectir o significado real do desenvolvimento humano de países em desenvolvimento, ou, melhor, países pobres.

Como alguma evidência da limitação do IDH, ao nível da educação, trata apenas a quantidade dos educados, sem considerar a qualidade e o papel que a educação desempenha nas práticas sociais e nas relações internacionais de reintegração numa cultura e renovação da mesma. Na componente política, verifica-se que o IDH não procura determinar a dimensão política, não sendo, então, possível medir o nível de autonomia que cada nação tem factor importante para a realização do desenvolvimento Humano.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Livros

AMBRÓSIO, T, “A Complexidade da Adaptação dos Processos de Formação e Desenvolvimento humano”, in *Formação e Desenvolvimento Humano: Inteligibilidade das suas Relações Complexas*, Lisboa, MCX/APC Atelier 34. 2003.

BLANCO, Eugenia Rodríguez, Domingos Hari. Tradição, Cultura e Género nos Programas do Desenvolvimento, Fórum Mulher, Moçambique 2003.

BARROS, R. P. & CAMARGO, J. M. As Causas da Pobreza no Brasil. In: Velloso, João Paulo dos Reis e Albuquerque, Roberto Cavalcanti (Orgs.) *Modernidade e Pobreza*. São Paulo: Nobel, 1994.

BARTOLI, HENRI. *Repensar o Desenvolvimento, Acabar com a Pobreza*, Editora Instituto Piaget, S/D, 1999.

COSTA, B. *Um Olhar Sobre a Pobreza. Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*, Lisboa: Gradiva, 2008.

DOMINGOS, A. M. *A pobreza na terceira idade: um modelo explicativo*. Mestrado em Economia e Políticas Públicas. Lisboa School of Economics and Management. 2014.

DUARTE, R. *Entrevistas em pesquisas qualitativas*. Educar, Curitiba, s. v., n. 24, Julho/Dezembro. 2004.

FIORESE, R. *Metodologia da pesquisa: como planejar, executar e escrever um trabalho científico*. João Pessoa: EDU. 2003.

GIL, A. *Como elaborar projectos de pesquisa*. 4ª edição, São Paulo: Atlas. 1999.

GUIDENS, ANTHONY. *A teoria da Modernidade*, S/E, Vozes Petrópolis, 2009.

GOMES, D. *Direito do trabalho e dignidade da pessoa humana, no contexto da globalização económica: problemas e perspectivas*. São Paulo, 2005.

GUERRA, I. *Pesquisa Qualitativa e análise de conteúdo – sentidos e formas de uso*. Lisboa, Editora Principial. 2006.

KERLINGER, F. *Metodologia de Pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: E.P.U. 1980.

KOCHE, J. *Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa*. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LAKATOS, E. & MARCONI, M. *Fundamentos da Metodologia Científica*. 4ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas. 2001.

MAZRUI, A. A. & WONDJI, C. *História geral da África, VIII: África desde 1935*. Comité Científico Internacional da UNESCO para Redacção da História Geral da África. Brasília: UNESCO, 2010.

MARTINS, C. *O Impacto da Internet no Processo de Decisão de Compra do Consumidor – O Caso dos Produtos Turísticos*. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2013.

MINAYO, M. C. S. *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. 3ª ed. Editora Petrópolis. 1994.

POLIT, D. & HUNGLER, B. *Fundamentação de Pesquisa de Enfermagem*. 3ª edição, Artes Médicas, Porto Alegre, 1995.

RODRIGUES, A. *Psicologia Social para Principiantes: Estudo da Interacção Humana*. 11ª edição, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

RICHARDSON, S. *Introdução à pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas. 1999.

SANTOS, M. O. *Reflexões breves em torno do conceito de desenvolvimento*. Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia. Universidade de Évora. 2013.

SEN, AMARTYA, *Desenvolvimento como Liberdade*, S/D.

TEIXEIRA, M. *O Contributo da Auditoria Interna para uma Gestão Eficaz*. Contabilidade e Auditoria. Coimbra. 2006.

THOMPSON, JOHN B. *Ideologia e Cultura Moderna*, Petrópolis, Rj, Vozes 1995.

TRIVIÑOS, A. N. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais*. Editora Altas. São Paulo. 2006.

VELOSO, A. *O impacto da gestão de recursos humanos na performance organizacional*. Tese de doutoramento em psicologia do trabalho e das organizações, Universidade do Minho, Portugal. 2007.

VERGARA, S. *Métodos de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas. 2008.

VIEIRA, M. Por uma boa pesquisa (qualitativa). In: VIEIRA, Marcelo F.; ZOUAIN, D. M. (Org.). *Pesquisa qualitativa em Administração*. Rio de Janeiro: FGV. 2002.

YIN, R. *Estudo de caso: planeamento e métodos*. 3ª Edição. Porto Alegre: Bookman. 2005.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito capitalista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

## **Relatórios**

PNUD. Conceito e Medição do Desenvolvimento Humano. 1990

PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano. Washington, D.C. 2001.

PNUD. Objetivos de Desenvolvimento do Milénio: Um Pacto Entre Nações para Eliminar a Pobreza Humana, 2003.

PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2007-2008).

PNUD. O Trabalho como Motor do Desenvolvimento Humano, 2015

### Artigo

BARDEN, J. E. *Indicador Social para o Rio Grande do Sul: uma análise a partir da abordagem das capacitações*. Curso de Ciências Económicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/>>.

### Teses

CÂNDIDO, M. C. *Desenvolvimento sustentável e pobreza no contexto de globalização. O caso de Moçambique*. Trabalho de Mestrado em Ciências Políticas e Relações Internacionais. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa. 2010.

DINIZ, M. B. *Desenvolvimento Económico e Desigualdade de Renda no Brasil*. Curso de Pós-Graduação em Economia. Departamento de Economia – UFPA. 2014.

ESTEVES, P. C. *A Agência do Assistente Social e a Reprodução da Pobreza e da Exclusão Social*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. ESCOLA SUPERIOR DE ALTOS ESTUDOS. INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA. Coimbra. 2007.

FERNANDES, A. I. *Visões da pobreza na primeira pessoa. Contributos para o Entendimento do Fenómeno Social da Pobreza na Cidade de Beja*. Tese de doutoramento em Serviços Sociais. Faculdade de Ciências Humanas. Universidade Católica Portuguesa, 2012.

KIELING, L. M. *O Índice de Desenvolvimento Humano: adaptações metodológicas e práticas no brasil*. Monografia de Mestrado em Relações Sociais. Curso de graduação em Relações Internacionais. Universidade Federal de Santa Catarina Centro Socioeconómico. 2014.

NIPASSA, O. J. A. *Autonomia e Dependência da Sociedade Civil no Processo de Desenvolvimento Humano em Moçambique*. Tese de Doutoramento em Estudos



Africanos. Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas. Escola de Sociologia e Políticas Públicas. Instituto Universitário de Lisboa, Portugal. 2016.

OLIVEIRA, J. *A Gestão de Competências e sua Articulação à Gestão Estratégica de Recursos Humanos*. Departamento de ciências administrativas - Centro de pós-graduação e pesquisas em administração. Faculdade de ciências económicas. Universidade federal de minas gerais. Belo Horizonte. 2010

## ANEXOS

### Anexo 1

<p><b>Guião de entrevista semi-estruturada dirigida aos comerciantes informais, no Mercado Grossista de Zimpeto na Cidade de Maputo.</b></p>
--

**Caro/o senhora/o entrevistado, os dados pretendidos são somente para propósito académico – elaboração de trabalho de Licenciatura em Sociologia. A pesquisa busca factores que condicionam a pobreza.**

#### **1. Dados socioeconómicos e demográficos**

- 1.1. Sexo \_\_\_\_\_
- 1.2 Idade \_\_\_\_\_
- 1.3. Estuda? Que nível tem? \_\_\_\_\_
- 1.4. Trabalha? O que faz? \_\_\_\_\_
- 1.5. Onde mora actualmente? \_\_\_\_\_
- 1.6. Qual é o seu estado civil? \_\_\_\_\_
- 1.7. Como avalia a sua renda? \_\_\_\_\_

#### **2. Desenvolvimento humano**

- 2.1. Para si, o que é desenvolvimento humano ou das pessoas?

---

---

- 2.2. Como caracteriza em termos de condições de vida?

---

---

- 2.3. Como avalia a vida das famílias em Moçambique, em geral e aqui em Maputo particularmente?

---

---

### **3. Pobreza**

3.1. O que entende por é a pobreza?

---

---

3.3. Quais são os sinais de pobreza que identifica um individuo ou sociedade?

---

---

### **4. Actividade comercial informal**

4.1. Há quanto tempo pratica o comércio informal?

---

---

4.2. A actividade é rentável? ( Justifique a resposta).

---

---

4.3. Considerando a sua situação de vida, que factores dificultam o desenvolvimento das pessoas em Moçambique?

a) Factores culturais

---

---

b) Factores económicos

---

---

c) Factores políticos

---

---

4.4. Como esses factores podem ser controlados ou evitados?

---

---

---

**Obrigada pela informação e tempo, é tudo.**

## **Anexo 2**

### **Lista dos comerciantes informais pesquisados (nome codificado)**

1. CA
2. CB
3. CC
4. CD
5. CE
6. CF
7. CG
8. CH
9. CI